



Marcos Brandão/Senado Federal



Colnago e Eunício durante entrega do projeto da LOA para 2019

Orçamento 2019 será votado com novo presidente eleito

O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, entregou ontem ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019. O ministro ressaltou que o próximo presidente da República poderá participar da elaboração do Orçamento 2019.

Segundo ele, há um acordo com a Comissão Mista de Orçamento para aguardar a eleição e assim ter participação do presidente eleito.

Um dos destaques do projeto é o salário mínimo, que pode ultrapassar R\$ 1 mil pela primeira vez desde a adoção do Plano Real. **5**

Senado analisou 47 projetos durante semana de esforço concentrado

Medida provisória que concede subvenção para venda e importação de óleo diesel para uso rodoviário foi uma das propostas aprovadas pelo Plenário. Próxima sessão foi marcada para 9 de outubro

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, destacou que 47 projetos foram analisados pelas comissões e pelo Plenário durante o esforço concentrado desta semana. Ele elogiou o empenho dos senadores para estar presente à Casa em pleno período eleitoral.

Entre as propostas aprovadas, está a medida provisória que subvenciona o óleo diesel, prometida pelo governo aos caminhoneiros. Também avançaram o projeto que dá prioridade a vítimas de violência doméstica em exame de corpo de delito e o substitutivo sobre desburocratização. **2**

Pacientes do SUS terão auxílio caso precisem viajar **3**

Proposta dispensa reconhecimento de assinatura **4**

Incentivo a uso de bicicleta segue para sanção **3**

Pedro França/Agência Senado



Plenário aprovou ontem por unanimidade medida provisória que viabilizou fim da greve dos caminhoneiros em maio

Aprovada MP que mantém desconto no diesel

O Plenário do Senado aprovou ontem e segue para sanção presidencial a medida provisória que concede subsídio do governo de R\$ 0,30 no valor do óleo diesel

de uso rodoviário. A MP foi parte do acordo para pôr fim à greve dos caminhoneiros, em maio. O benefício vale até 31 de dezembro e serão destinados R\$ 9,5 bilhões

para garantir o subsídio. A medida não impede a alta do combustível por motivos de mercado, como alta do dólar, valor do petróleo e do óleo refinado. **3**

Senado autoriza doação de 25 tanques a Exército uruguaio

O Plenário aprovou ontem projeto que autoriza o Ministério da Defesa a doar 25 tanques ao governo do Uruguai. O texto segue para sanção presidencial. O Exército brasileiro substituiu as viaturas antigas pelo modelo Leopard. **7**

Ratificados 11 acordos do Brasil com outros países

Foram aprovados ontem 11 projetos que ratificam acordos internacionais assinados pelo Brasil. Um deles permite a transferência de condenados entre Brasil e Índia. Outro trata de serviços aéreos entre companhias brasileiras e peruanas. **7**

Privatização de distribuidoras da Eletrobras vai ao Plenário

Foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça o projeto do governo que viabiliza a privatização de seis distribuidoras de energia

controladas pela Eletrobras. A proposta, que já passou pela Câmara dos Deputados, deve ser votada pelo Plenário do Senado após as eleições. **5**

Hospital terá que notificar acidentes com menores **3**

Projeto beneficia advogados de sindicatos **4**

Cachaça e tequila terão proteção no Brasil e no México **7**

Militar passará a ter 20 dias de licença ao se tornar pai

Vai a sanção presidencial projeto aprovado ontem pelo Senado que amplia de 5 para 20 dias a licença-paternidade dada aos militares. O benefício já valia para os servidores públicos civis desde 2016. **4**

Violência contra a mulher gera prejuízo de R\$ 975 milhões

A conclusão está em estudo apresentado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos e leva em conta apenas o custo da ausência ao trabalho das mulheres vítimas de violência no país a cada ano. **8**



Projeto aprovado na CCI busca resolver pendências para atrair investidores

Marcos Oliveira/Agência Senado

Eunício celebra resultados do esforço concentrado

O presidente do Senado destacou o empenho dos senadores nesta semana e informou que a Casa aprovou mais de 40 projetos. Ele marcou a próxima sessão do Plenário para o dia 9 de outubro

O PLENÁRIO E as comissões do Senado analisaram mais de 40 projetos durante o esforço concentrado desta semana, informou o presidente da Casa, Eunício Oliveira, ao destacar o empenho dos senadores, que estiveram presentes mesmo neste período de campanhas eleitorais. Entre as propostas aprovadas está a Medida Provisória 838/2018, que concede subvenção para a venda e a importação do óleo diesel de uso rodoviário. A MP foi uma das promessas do governo para por fim à greve dos caminhoneiros, ocorrida em maio.

Também avançaram propostas como o PLC 35/2014, que garante prioridade a vítimas de violência doméstica em exame de corpo de delito, o substitutivo da Câmara ao PLS 214/2014, sobre desburocratização, além de indicações e de uma série de acordos internacionais.

— Saio daqui com a consciência do dever cumprido. Primeiro, porque fizemos a votação da matéria que complementava o acordo do qual fomos fiadores na questão dos caminhoneiros. Aprovamos aqui várias matérias em relação a economia, desburo-



Eunício destaca o empenho dos senadores em votar projetos importantes

cratização, defesa da mulher. Votamos mais de 47 itens nesses dois dias de esforço concentrado — disse Eunício.

Próximas sessões

Esta será a última semana de esforço concentrado até as eleições. Segundo Eunício, os trabalhos do Congresso voltarão ao ritmo normal depois do primeiro turno. Ele já agendou sessões para o dia 9, quando deve ser examinada a renegociação de dívidas rurais (MP 842/2018); e do Congresso para o dia 10, quando será analisado o veto ao reajuste de 52,86% do piso salarial dos

agentes comunitários de saúde e de combate às endemias.

A MP 842 foi aprovada na terça-feira pela Câmara e só chegou ao Senado ontem, mas já tranca a pauta do Plenário.

— Dois itens ficaram acertados e combinados. A MP lamentavelmente chegou agora. Dia 10 vamos derrubar o veto porque acho que é um veto injusto em relação aos agentes de saúde e de endemias, que são verdadeiros anjos da guarda, que colocam o pé na lama para levar conforto e muitas vezes buscar pessoas para serem atendidas — disse Eunício.

Fátima condena medida da privatização do saneamento

A Medida Provisória 844/2018, conhecida como MP do Saneamento, prejudica a população e a afeta o serviço nas áreas mais pobres, disse Fátima Bezerra (PT-RN). Para ela, a medida do governo é inconstitucional e foi apresentada sem prévia discussão com a sociedade. Segundo a senadora, entidades do setor alertam que a MP fere a autonomia dos municípios e prejudica locais menos favorecidos.

— Essa MP trata da privatização do saneamento básico, na contramão do que vem acontecendo no mundo onde o poder público busca retomar o controle do setor.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Viana critica política econômica de Temer e pede ação do MP

Jorge Viana (PT-AC) criticou ontem as medidas econômicas do presidente Michel Temer, que, a seu ver, prejudicam os mais pobres, e cobrou do Ministério Público providências a respeito.

No discurso de terça-feira, o senador já havia criticado a privatização da Companhia de Eletricidade do Acre, que, segundo ele, foi vendida pelo governo por somente R\$ 50 mil, num leilão “às escondidas”.

— O Acre não pode ter a gasolina, o óleo diesel, o gás de cozinha, a passagem aérea e agora a conta de luz mais cara do Brasil. Isso é inaceitável.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Cidinho reclama de tabelamento de preços dos fretes de carga

O tabelamento do frete de cargas é um desastre para a economia brasileira, desarruma o setor produtivo e é inflacionária para o consumidor, disse Cidinho Santos (PR-MT) em pronunciamento.

— A reivindicação dos caminhoneiros em relação aos aumentos no diesel é justa, mas sou contra o tabelamento do frete como solução. Ao final, encarece a logística para o produtor, que não tem outra saída a não ser repassar para o preço final.

Ele lembrou que muitas empresas vêm optando pela formação de transportadoras próprias, o que pode prejudicar caminhoneiros autônomos.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Em seu primeiro discurso, José Amauri diz que lutará pelo Brasil

Ontem, em seu primeiro discurso, o senador José Amauri (Pode-PI) afirmou que usará sua experiência na iniciativa privada, no setor industrial, para “lutar por um Brasil melhor”. Ele é suplente de Elmano Férrer, do mesmo partido, licenciado desde julho.

— Temos plena consciência do momento difícil que o Brasil atravessa. Mas também acreditamos que, nos momentos de dificuldade, demonstramos nosso valor, nossa fibra, nossa valentia, nossa coragem. Então, ao assumir o mandato de senador da República, justo neste momento, aumenta a minha responsabilidade.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Paulo Rebello deve ser diretor da Agência Nacional de Saúde

Por 43 votos a favor, 2 contrários e com 2 abstenções, o Plenário do Senado aprovou ontem o nome de Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

A indicação havia sido aprovada por unanimidade mais cedo na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde ele foi sabatinado.

Rebello Filho assumirá a vaga decorrente do término do mandato de Karla Santa Cruz Coelho.

O indicado tem 39 anos e é bacharel em direito, graduado pelo Centro Universitário de Ensino de João Pessoa. Ele trabalhou como advogado, assessor jurídico da Fundação de Ação Comunitária e procurador-geral do município de Esperança (PB). Em

2012, ingressou no Executivo Federal, tendo trabalhado no Ministério da Cidades.

O relator da indicação na Comissão de Assuntos Sociais foi o senador Roberto Muniz (PP-BA). Durante a sabatina, Waldemir Moka (MDB-MS) e Rose de Freitas (Pode-ES) questionaram Rebello sobre os altos preços dos planos de saúde e as soluções para o equilíbrio do mercado.

O indicado se comprometeu a dar transparência a assuntos polêmicos, como o processo de reajuste dos planos de saúde. Ele disse que vai estimular as operadoras a facilitarem exames preventivos a fim de desafogar a demanda e diminuir os valores pagos pelo sistema público de saúde, além de implantar o prontuário eletrônico em todo o país.

Plenário confirma novo diretor da Comissão de Valores Mobiliários

O Plenário do Senado aprovou ontem a indicação de Carlos Alberto Rebello Sobrinho para o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Foram 38 votos favoráveis, 4 contrários e 1 abstenção.

A CVM é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda que tem como objetivo fiscalizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários.

Rebello exercerá o mandato até 31 de dezembro de 2019, em substituição a Gustavo Rabelo Tavares Borba, que deixa o cargo neste mês.

O indicado havia sido sabatinado pelos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na tarde de terça-feira. Na sabatina,

ele destacou a importância da segurança jurídica, da transparência e da proteção dos investidores que atuam no mercado de capitais.

Questionado pelo senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) sobre normas de transparência, inclusive na divulgação de salários de executivos de empresas abertas, Rebello afirmou que, apesar de alguma resistência inicial, a norma tem sido cumprida.

Economista formado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rebello Sobrinho ingressou na CVM por meio de concurso público, o primeiro da instituição, em 1978.

A CVM tem um comando colegiado composto de um presidente e quatro diretores.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

CDH 12 anos da Lei Maria da Penha
9h A Comissão de Direitos Humanos faz audiência para debater os 12 anos de vigência da Lei Maria da Penha.

PLENÁRIO Pronunciamentos
9h Sessão não deliberativa, sem votação de projetos, destinada a pronunciamentos de senadores.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

- Alô Senado: 0800 612211
- Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
- Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- TV: senado.leg.br/TV

Plenário aprova redução do preço do diesel

Uma das iniciativas que viabilizou o fim da greve dos caminhoneiros, ocorrida em maio, medida provisória foi aprovada por unanimidade e segue para sanção presidencial

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a medida provisória que concede subvenção para a venda e a importação do óleo diesel de uso rodoviário. A MP 838/2018 foi uma das promessas do governo em troca do fim da greve dos caminhoneiros, ocorrida em maio. A votação foi feita de forma simbólica. O projeto de lei de conversão originário da MP segue agora para sanção.

A medida, que perderia a validade em 10 de outubro, foi aprovada pela Câmara na tarde de terça-feira e recebeu o aval dos senadores de forma consensual. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, destacou o empenho dos parlamentares em votar o texto rapidamente durante o último esforço concentrado antes das eleições de outubro. Ele enfatizou ainda o papel desempenhado pelos senadores na negociação que garantiu o fim da greve dos caminhoneiros.

— O Plenário do Senado votou a medida provisória que concretiza o acordo realizado com a participação

do Congresso Nacional. O Plenário dá mais um importante passo para pacificarmos definitivamente a questão dos caminhoneiros — ressaltou.

O total de recursos direcionado à subvenção será de R\$ 9,5 bilhões e ela será limitada a R\$ 0,30 por litro do combustível. O benefício vale até 31 de dezembro. Caberá à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e

Biocombustíveis (ANP) estabelecer um preço de referência (vinculado ao preço real na refinaria) e um preço de comercialização para as distribuidoras de forma regionalizada.

A iniciativa do governo não impede o aumento do preço do óleo diesel em razão das condições de mercado do setor (valor do petróleo, do óleo refinado e alta do dólar). O texto ape-

nas concede um desconto pago com recursos do Orçamento federal para manter o compromisso de redução de R\$ 0,46 nas bombas dos postos.

Com a sistemática, já regulamentada pelos Decretos 9.403 e 9.454, de 2018, se houver aumento do preço de referência, atualizado diariamente, o preço de venda também aumentará para manter fixo o desconto de R\$ 0,30.

A cada mês também serão acrescentados ao preço de referência os valores do PIS/Pasep e da Cofins, incidentes sobre a receita da subvenção econômica, apurados no período mensal anterior.

Se ao fim do ano houver crédito para a União em razão da sistemática de cálculo, os beneficiários terão 15 dias úteis para recolher os valores ao governo.

O texto prevê ainda que, se o dinheiro para a subvenção acabar antes de 31 de dezembro, o programa de subsídios também se encerrará.

Com Agência Câmara



Eunício destacou o empenho do Senado para pacificar a questão dos caminhoneiros

Vai à Câmara ajuda de custo a pacientes do SUS de outras cidades

Foi aprovado ontem em Plenário o projeto que garante ajuda de custo a pacientes do SUS que necessitem de tratamento fora da cidade onde vivem. O PLS 264/2017, do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), prevê o pagamento para os gastos do paciente com alimentação, transporte e hospedagem. O texto segue para análise da Câmara dos Deputados.

Graças a um acordo de líderes intermediado pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, foi aprovada uma emenda supressiva ao texto para deixar claro que os recursos para pagamento da ajuda de custo serão de responsabilidade apenas da União.

Foi retirado do artigo 19 o trecho que previa, caso necessário, a complementação dos recursos por fundos

dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

— Eu não incluiria uma matéria que fosse ainda mais sobrecarregar os municípios brasileiros em relação a qualquer nova despesa. Eu sou municipalista assumido. Então, não faria isso — afirmou Eunício.

A aprovação da emenda permitiu a aprovação do projeto sem a necessidade de análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), como defendiam Sérgio Petecão (PSD-AC) e Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

Randolfe Rodrigues agradeceu a aprovação da proposta.

— Esse projeto cumpre a Constituição, que diz que saúde é direito de todos e dever do Estado. O tratamento fora de domicílio é direito dos cidadãos

brasileiros, principalmente daqueles de estado que não tem todo o atendimento médico disponível, como os do meu estado, o Amapá.

Regras

Pelo projeto, o benefício valerá para deslocamentos superiores a 50 quilômetros. Para ter o direito garantido, é necessária indicação médica para tratamento em unidade mais distante e autorização do gestor municipal ou estadual do SUS, aliada à garantia do atendimento na outra cidade. A ajuda só poderá ser paga após esgotados todos os meios de tratamento na cidade onde reside o paciente. Um acompanhante também poderá ter direito a ajuda.

A legislação do SUS já prevê ajuda

de custo aos pacientes que precisem se deslocar para outro município para obter tratamento de saúde, por meio do Tratamento Fora de Domicílio (TFD). Contudo, segundo Randolfe, esse benefício é muito restrito, não sofre reajuste desde a criação e pode ser extinto a qualquer momento.

O texto aprovado estabelece que os valores pagos pela União serão pactuados entre os gestores do SUS e padronizados nacionalmente. O valor do benefício será reajustado anualmente de acordo com a inflação.

O projeto também determina que pacientes e acompanhantes que não conseguirem a ajuda de custo em tempo de realizar o tratamento terão direito a restituição de despesas baseada nos valores fixados do benefício.

Senado aprova Programa Bicicleta Brasil, que segue para a sanção presidencial

Incentivar o uso da bicicleta para melhorar a mobilidade urbana é o objetivo do Programa Bicicleta Brasil (PBB), projeto aprovado ontem no Plenário do Senado. A medida está prevista no PLC 83/2017, que vai à sanção presidencial.

Para estimular a integração das bicicletas ao sistema de transporte público coletivo em todo o país, o PBB vai apoiar os estados e municípios na instalação de bicicletários públicos e na construção de ciclovias e ciclofaixas, além de promover campanhas de divulgação dos benefícios do uso do meio de transporte.

O relator, Eduardo Braga (MDB-AM), foi favorável à aprovação do texto apresentado pelo deputado Jaime Martins (Pros-MG).

— Com a implantação do PBB, cidades que já desenvolvem ações para valorizar o transporte por bicicleta contarão com maior apoio, particularmente financeiro, e aquelas

que ainda não o fazem se sentirão motivadas a desenvolver projetos como este — afirmou Braga.

Para Jorge Viana (PT-AC), esse é um dos projetos mais importantes aprovados nos últimos tempos no Senado:

— Estamos tomando uma medida que faz conexão com o combate à mudança do clima, com inclusão social, com mobilidade urbana. Está tudo previsto neste projeto.

Pela proposta, o Programa Bicicleta Brasil vai integrar a Política Nacional da Mobilidade Urbana (Lei 12.587, de 2012) e será financiado por 15% do total arrecadado com multas de trânsito — cerca de R\$ 1,3 bilhão investido em infraestrutura. A coordenação será do Ministério das Cidades. As ações poderão ser financiadas também com recursos da Cide-Combustíveis, por meio de alteração na lei que fixa os critérios do tributo (Lei 10.636, de 2002) e no Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503, de 1997).

Aprovada proposta que obriga hospitais a notificar acidentes com menores

O Plenário aprovou ontem, em turno suplementar, a proposta que obriga os hospitais a notificar casos de acidentes envolvendo crianças e adolescentes. O PLC 13/2017 terá de voltar para a Câmara dos Deputados, pois foi modificado no Senado.

Segundo o texto, os estabelecimentos de saúde da rede pública e privada ficam obrigados a notificar aos órgãos públicos competentes os casos envolvendo menores de idade. A intenção é dar mais informações para que o poder público possa planejar ações que previnam mortes e hospitalizações de crianças e jovens. A obrigação recai sobre os gestores dos hospitais e os profissionais responsáveis pelo atendimento. Caso não o façam, eles estarão sujeitos a penalidades administrativas.

O texto original previa um prazo de 72 horas após o atendimento para que a notificação fosse feita, além da responsabilização civil e penal dos

gestores. A relatora substituta na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), argumentou que a primeira regra deve ser definida em regulamentação posterior e considerou a punibilidade muito rigorosa e excluiu esses dois pontos da proposta.

Foi também retirada do texto a obrigação de criação de cadastro para registros dos casos de acidentes atendidos. Para Vanessa, o Ministério da Saúde já dispõe de cadastro destinado a informações epidemiológicas sobre óbitos, doenças e agravos à saúde que atingem a população. Além de desnecessário, mais um cadastro iria onerar o sistema de saúde.

Outra mudança refere-se à abrangência das notificações. O limite de idade foi alterado para 18 anos, como já é classificado no Estatuto da Criança e do Adolescente. Inicialmente, estavam previstos apenas os casos ocorridos até os 14 anos.

Militares terão 20 dias de licença-paternidade

Projeto, que agora segue para a sanção presidencial, amplia em 15 dias benefício, atualmente de 5 dias. Período estendido já é dado a servidores públicos civis desde 2016

O PLENÁRIO APROVOU ontem projeto de lei que aumenta a licença-paternidade de militares de 5 para 20 dias. O PLC 41/2018 vai agora à sanção.

A senadora Ana Amélia (PP-RS), relatora da proposta na Comissão de Relações Exteriores (CRE), defendeu a medida ao lembrar que o benefício já é válido para os demais servidores públicos.

Atualmente, os servidores públicos civis da União, regidos pela Lei 8.112, de 1990, têm direito à extensão da licença-paternidade pelo prazo de 15 dias desde 2016. No setor privado, o benefício é regulado pela Lei 13.257, de 2016, para empresas que participam

do Programa Empresa Cidadã.

Ana Amélia apontou ainda que é comum na carreira militar, devido a exigências profissionais, períodos de afastamento da família que podem se prolongar por semanas ou até meses. Por isso, ela entende que é importante aprovar a mudança na legislação, permitindo que os militares possam estar em casa por mais tempo quando nascer um filho.

— O compartilhamento de tarefas entre pai e mãe num momento tão crucial é fundamental, contribui inclusive para a diminuição de graves problemas como a depressão pós-parto — afirmou a senadora.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Proposta aprovada pelo Senado iguala licença-paternidade de servidores civis e militares

Aprovada dispensa de reconhecimento de firma

Fim da obrigação de reconhecimento de firma, dispensa de autenticação de cópias e mais agilidade na transferência de veículos. Esses são alguns dos dispositivos do projeto aprovado ontem pelo Plenário.

O texto, um substitutivo da Câmara (SCD 8/2018) ao PLS 214/2014, do senador Armando Monteiro (PTB-PE), segue para sanção presidencial. O objetivo é racionalizar e simplificar atos e procedimentos administrativos.

A senadora Simone Tebet (MDB-MS) foi designada para apresentar o relatório no Plenário. Do substitutivo enviado pela Câmara, a senadora acatou apenas o item que trata da instituição do Selo de Desburocratização e Simplificação e dos critérios para a concessão dele. Ela disse que a burocracia hoje faz com que o país ocupe “a lanterna das facilidades em fazer negócios” no mundo.

— Não é à toa que o Banco

Mundial disse que o tempo perdido com a burocracia custava mais ao Brasil do que os impostos. Então, só isso já serve para justificar o projeto.

Economia

Com a proposta, os órgãos públicos não serão mais obrigados a exigir o reconhecimento de firma e poderão, em alguns casos, aproveitar certidões de um órgão para o outro. O próprio servidor público poderá reconhecer a assinatura e autenticar documentos dentro do processo administrativo. Simone também destacou que o projeto tem um viés econômico, já que o cidadão não terá que gastar com autenticações e taxas cartoriais.

— Resumindo, o objetivo é reduzir a burocracia, simplificar e racionalizar procedimentos administrativos da União, dos estados e dos municípios — afirmou a senadora.

Armando Monteiro disse que o Brasil precisa sair de

uma cultura cartorial e avançar na agenda da simplificação e da desburocratização. Ele destacou que o projeto também reduz custos para o cidadão.

— O Brasil precisa simplificar a vida das pessoas.

Ao elogiar o projeto, o senador Paulo Rocha (PT-PA) disse que as exigências burocráticas representam um atraso para a economia. Reguffe (sem partido-DF) afirmou que o poder público precisa continuar trabalhando pela desburocratização, enquanto Roberto Muniz (PP-BA) apontou que o projeto pode ajudar o Estado a ser mais rápido, eficiente e de pouco custo.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que a proposta é extremamente importante.

— O projeto busca desburocratizar e simplificar os procedimentos nos três poderes, para facilitar a vida dos brasileiros neste Brasil ainda tão burocratizado — declarou Eunício.

Senado aprova projeto que beneficia advogados de sindicatos

Advogados de sindicatos e associações poderão receber, cumulativamente, os honorários contratados com a entidade que representam e os honorários de sucumbência assistenciais, devidos pela parte vencida ao ganhador da causa. É o que estabelece projeto aprovado ontem pelo Plenário e encaminhado à sanção (PLC 139/2017).

Segundo a relatora, senadora Simone Tebet (MDB-MS), o projeto elimina controvérsia ainda existente sobre a questão. Isso será possível, disse, com a harmonização da Lei 5.584, de 1970 (que dispõe sobre normas de direito processual do trabalho), com a Lei 13.467, de 2017, que promoveu a reforma trabalhista.

Entre as mudanças feitas na CLT pela reforma, foram previstos os honorários de sucumbência na Justiça do Trabalho. Eles seriam devidos inclusive nas ações em que a

parte estiver sendo assistida ou substituída pelo sindicato da categoria.

O único propósito do texto, diz a senadora, é reafirmar que o advogado é o titular dos honorários assistenciais fixados em ações coletivas propostas por entidades de classe, diferenciando duas espécies de verbas honorárias (sucumbencial assistencial e contratual).

O projeto altera o Estatuto da Advocacia e revoga dispositivo da Lei 5.584 para eliminar obstáculos impostos pela Justiça do Trabalho à cumulatividade dos honorários.

“Os honorários assistenciais possuem idêntica natureza dos honorários sucumbenciais fixados nos moldes do Código de Processo Civil, sendo devidos pelo vencido ao advogado vencedor da causa”, defende o autor do projeto, deputado licenciado Rogério Rosso (PSD-DF), na justificativa.

Para Marta, “faltou visão” na gestão do Museu Nacional

Marta Suplicy (MDB-SP) disse que o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, sofria não apenas com a falta de verbas, mas também com uma gestão sem visão de longo prazo.

— Faltou a tomada de decisões que levassem em conta o longo prazo. A UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro] tem passado dificuldade, mas faltou visão.

Marta defendeu que o Congresso aprove legislação permitindo a constituição de fundos patrimoniais pelas instituições culturais, para que elas tenham mais capacidade de financiamento.



Valdemir Bonetto/Agência Senado

Muniz: é preciso revolucionar a educação do país

Roberto Muniz (PP-BA) afirmou ontem que a educação brasileira precisa de uma revolução. Muniz comentou os recentes resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb): enquanto os anos iniciais do ensino fundamental tiveram nota 5,8 (o objetivo era 5,7), os anos finais só conseguiram nota 4,7 (com objetivo de 5,0). O resultado foi pior no ensino médio, que teve nota 3,8 para um objetivo de 4,7.

— Fizemos uma evolução, mas não fomos capazes de fazer uma revolução. Evolução é diferente de revolução.



Valdemir Bonetto/Agência Senado

Lídice critica desempenho do ensino médio

Lídice da Mata (PSB-BA) lamentou o fato de o país não ter conseguido alcançar a meta nacional do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2017.

A senadora disse que o ensino médio se transformou no calcanhar de aquiles da educação brasileira. Para ela, é responsabilidade dos governos mudar a realidade.

— O resultado negativo da escola pública é de responsabilidade dos deputados, senadores, prefeitos, governadores e secretários de Educação. O povo deve cobrar da gente essa responsabilidade.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Paim defende criação de região integrada no RS

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu projeto que cria a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico da Metade Sul do Rio Grande do Sul e institui programa de desenvolvimento local, por meio de instrumentos tributários e fiscais (PLS 129/2018 — Complementar).

Paim considera que a constituição de uma região integrada de desenvolvimento permite estabelecer redes de cooperação e viabiliza a articulação dos entes federativos.

— Com a cooperação e a articulação das ações, é possível obter maior efetividade das políticas públicas, melhorando a vida da população e a fonte geradora de empregos.

Acir Gurgacz cobra asfaltamento de rodovia no Norte

Acir Gurgacz (PDT-RO) voltou a cobrar o asfaltamento da BR-319, que liga Porto Velho a Manaus, como forma de estimular o comércio e facilitar o escoamento agrícola da região.

Atualmente, a ligação entre a capital de Rondônia e Manaus é feita somente por balsa, que atende a produção de grãos, mas impede o escoamento de produtos perecíveis.

Ele também cobrou a regularização fundiária dos municípios de Rondônia.

— Sem título de terra, o agricultor não vê muita possibilidade de crescimento, pois não tem acesso ao crédito.



Valdemir Bonetto/Agência Senado

Novo presidente poderá mudar Orçamento 2019

Ministro da Planejamento informou que há acordo com senadores e deputados para que a proposta seja analisada após as eleições, para permitir que o eleito faça alterações

O PRÓXIMO PRESIDENTE da República já poderá participar da elaboração do Orçamento 2019, sugerindo mudanças aos parlamentares. A informação é do ministro do Planejamento, Esteves Colnago. Ele compareceu ontem ao Senado para entregar a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2019 ao presidente do Senado, Eunício Oliveira. O texto já havia sido encaminhado ao Congresso no fim de agosto.

— Há um acordo informal com os membros da Comissão Mista de Orçamento para aguardar a eleição e assim ter participação também do próximo presidente eleito. O objetivo é esse.

O ministro também confirmou a intenção do presidente Michel Temer de recuar nos cortes ao Programa Bolsa Família. De acordo com Colnago, a proposta do governo destina recursos para o programa ape-

nas para o primeiro semestre de 2019. O pagamento dos benefícios a partir de julho dependeria da aprovação de um projeto de crédito a ser enviado pelo próximo presidente.

Ele explicou que Temer pediu estudos para avaliar a possibilidade de substituir o Bolsa Família por outro tipo de despesa na relação das que não terão recursos garantidos para o segundo semestre. Essas despesas, segundo o ministro, não podem ser as vinculadas (obrigatórias), como é o caso de saúde e educação, que têm um percentual mínimo garantido no Orçamento.

— Nós estamos avaliando quais seriam essas possibilidades e devemos levar ao presidente uma proposta. Havendo essa decisão por parte do presidente, ele deve encaminhar uma mensagem



Eunício Oliveira (D) recebe a proposta para a LOA 2019 de Esteves Colnago

modificativa. Dado o espaço que nós temos, há uma grande chance de a gente cair em folhas de pagamento, mas nós estamos vendo as possibilidades.

Um dos destaques do projeto de LOA para 2019 (PLN 27/2018) é o salário mínimo, que pode ultrapassar R\$ 1 mil

pela primeira vez desde a adoção do Plano Real, em 1994. A previsão do governo é de que o valor do mínimo passe dos atuais R\$ 954 para R\$ 1.006 a partir de 1º de janeiro de 2019.

O governo prevê, ainda, crescimento de 2,5% do PIB, inflação de 4,25% e meta de resultado primário de até

R\$ 139 bilhões negativos no próximo ano. Para ajudar no cumprimento da meta, Temer decidiu adiar o reajuste do funcionalismo público para 2020. A proposta estima também que o déficit diminuirá para R\$ 110 bilhões em 2020 e R\$ 70 bilhões em 2021. A receita da União para 2019 é de mais de R\$ 3,3 trilhões.

Já as despesas primárias totais do governo central serão de mais de R\$ 1,4 trilhão, sendo R\$ 637 bilhões de gastos previdenciários e R\$ 325 bilhões para pagamento de pessoal.

Entretanto, a proposta já prevê a necessidade de que o Congresso aprove crédito adicional à LOA 2019 no valor de R\$ 258 bilhões para que o Executivo consiga cumprir a chamada regra de ouro, que proíbe que o total das operações de crédito do governo seja superior às despesas.



Comissão de Constituição e Justiça aprovou projeto do Executivo já analisado pela Câmara dos Deputados

Avança privatização de distribuidoras da Eletrobras

Segue para votação no Plenário o projeto do Executivo que viabiliza a privatização de seis distribuidoras de energia controladas pela Eletrobras. O PLC 77/2018 foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O texto, já analisado na Câmara dos Deputados, busca resolver pendências jurídicas para despertar o interesse de investidores pelas empresas, principalmente por aquelas que atuam na Região Norte.

O projeto foi modificado na Câmara e já passou também pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Infraestrutura (CI) do Senado. O governo defende a privatização das distribuidoras como opção para melhorar a prestação de serviço.

Segundo o vice-líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), o texto deve ser votado pelo Plenário após as eleições, em razão de um acordo de lideranças. Bezerra afirmou que os senadores poderão, na ocasião, analisar os pareceres divergentes das comissões.

A aprovação no início da reunião da CCJ, quando poucos senadores ainda estavam presentes, motivou

críticas de Lindbergh Farias (PT-RJ) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Os dois chegaram à comissão após concluída a votação.

— Não participei desse acordo e não concordaria em votar esse projeto em um momento em que temos um governo em fim de feira. Um governo desmoralizado não deveria enviar com urgência um projeto para vender qualquer ativo a esta altura — criticou Randolfe.

Regime precário

As companhias estão sem contratos de concessão vigentes — hoje fornecem energia em “regime precário”. A Lei 13.360, de 2016, já previu o modelo de privatização e a outorga, pelo prazo de 30 anos, das concessões não prorrogadas. Além disso, o Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou o edital de venda.

A Companhia de Eletricidade do Acre (Eletoacre), as Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron) e a Boa Vista Energia, que atende Roraima, foram arrematadas no dia 30 em leilão promovido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

Social (BNDES). Em julho, foi vendida a Companhia de Energia do Piauí (Cepisa).

Além delas, o governo pretende vender a Amazonas Energia e a Companhia Energética de Alagoas (Ceal). O contrato de concessão deverá ser assinado entre os dias 31 de outubro e 5 de dezembro.

O relator do PLC 77/2018 na CCJ, Romero Jucá (MDB-RR), recomendou a aprovação da proposta com uma emenda de redação, apresentada por Flexa Ribeiro (PSDB-PA). A intenção da mudança foi deixar claro o início da vigência da outorga para geração de energia para as usinas que já estejam em operação e não tenham sido punidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) por descumprimento do cronograma de implantação.

Enquanto as novas outorgas vão valer por 35 anos, os empreendimentos já implantados terão prazo de 30 anos, contado da declaração de operação comercial da primeira unidade geradora.

Jucá acredita que a aprovação do projeto pode melhorar os serviços. Seu parecer foi lido na CCJ por Fernando Bezerra Coelho.

Debatedores criticam MP que reformula lei do saneamento

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) debateu ontem a privatização da água, como parte do ciclo de audiências públicas sobre democracia e direitos humanos. Representantes de entidades do setor de saneamento básico criticaram a medida provisória que reformula o marco legal do setor (MP 844/2018). O texto atribui à Agência Nacional de Águas (ANA) a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, incluindo o abastecimento de água e esgotamento sanitário, que antes estavam sob normatização do Ministério das Cidades.

Para Sérgio Antonio Gonçalves, diretor da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), a medida contém obrigações que não são de competência da ANA. O texto editado pelo governo também inclui a limpeza e drenagem urbanas e o manejo de resíduos sólidos na área de atuação da agência.

— A MP coloca a Agência Nacional de Águas para fazer uma coisa que não é de expertise dela — disse Gonçalves.

Arilson Wunsch, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente (Sindiágua) do Rio Grande do Sul, afirma que a MP favorecerá os municípios maiores e mais rentáveis, em detrimento dos pequenos.

— Esta medida provisória privatiza o lucro, entregando os maiores municípios para a iniciativa privada lucrar, mas socializa o prejuízo — afirmou.

Antes da MP, contudo, não era proibida a atuação da iniciativa privada no saneamento, reconheceu Rene Vicente dos Santos, dirigente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Água, Energia e Meio Ambiente.

O senador Paulo Paim (PT-RS), requerente do debate, informou que seu partido ingressou na terça-feira com uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) contra a MP no Supremo Tribunal Federal (STF).

Paim destacou ainda o compromisso do presidente do Senado, Eunício Oliveira, de não votar a proposta antes das eleições de 2018.



Audiência discutiu a privatização da água e MP que muda regras do setor

Nome indicado para Defensoria vai a Plenário

Aprovado pela CCJ para o cargo de defensor-público geral, Gabriel Faria Oliveira se comprometeu a ampliar a atuação do órgão, que, em 2017, fez 1,79 milhão de atendimentos

COM 20 VOTOS favoráveis e nenhum contrário, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem a indicação de Gabriel Faria Oliveira para o cargo de defensor público-geral federal. O nome segue agora para o Plenário com urgência.

Durante a sabatina, o indicado se comprometeu a trabalhar pelo aumento da eficiência da Defensoria Pública, que, segundo ele, fez 1,79 milhão de novos atendimentos no ano passado, com a atuação de 628 defensores.

O indicado ressaltou a tese de que onde houver um juiz

para julgar e um promotor para acusar deve haver um defensor para defender.

Para ele, a política do teto de gastos públicos, adotada em dezembro de 2016 por meio da Emenda Constitucional 95, trouxe um novo desafio à instituição, que é fazer mais com menos recursos.

Currículo

Nascido em Florianópolis, Gabriel Faria Oliveira formou-se em 2003 pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Entrou na Defensoria em 2006 por concurso público.

Ele também presidiu a

Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, no biênio 2011 a 2013.

O defensor público-geral federal é o chefe da Defensoria Pública da União (DPU). Ele é nomeado pelo presidente da República dentre membros estáveis da carreira e maiores de 35 anos, escolhidos em lista tríplice formada pelo voto direto, secreto, plurinominal e obrigatório de seus integrantes e após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta do Senado. O mandato é de dois anos, permitida uma recondução, precedida de nova aprovação do Senado.



Oliveira é defensor desde 2006 e foi presidente da associação da categoria

Projeto que oficializa campanha contra câncer de mama é aprovado em comissão

Seguiu para análise do Plenário do Senado o projeto que destina oficialmente o mês de outubro à conscientização sobre o câncer de mama no país, integrando o Brasil ao movimento internacional conhecido por Outubro Rosa. O PLC 32/2018 foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

De autoria dos deputados Carmen Zanotto (PPS-SC) e Dr. Jorge Silva (SD-ES), a proposta prevê que, em outubro, sejam promovidas atividades para alertar a população sobre a doença, como a iluminação dos prédios públicos com luzes cor-de-rosa, a realização de palestras, eventos e atividades educativas e a veiculação de campanhas de mídia e informação

por meio de banners, pôsteres e outros materiais ilustrativos sobre a prevenção, o diagnóstico e o tratamento do câncer de mama.

Na justificativa ao projeto, a deputada

Carmen Zanotto ressalta que o câncer de mama é a maior causa de morte por câncer entre as mulheres. Estima-se que sejam 520 mil mortes por ano em todo o mundo. A relatora na CAS,

senadora Marta Suplicy (MDB-SP), acrescenta que o câncer de mama é o segundo tipo de neoplasia maligna mais comum em mulheres no Brasil. Segundo dados do Instituto Nacional de Câncer (Inca) apresentados pela senadora, em 2018 cerca de 60 mil novos casos da doença deverão ser diagnosticados. Em 2016, de acordo com o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DataSUS), mais de 16 mil mulheres morreram por causa da doença. “Evidencia-se, nesse contexto, a importância da campanha Outubro Rosa, que visa a advertir a população sobre o câncer de mama e sobre as medidas de prevenção, diagnóstico e tratamento da doença”, reforça Marta, no relatório.



Presidente da CAS e relatora do projeto, Marta Suplicy elogia campanha Outubro Rosa

Vanessa Grazziotin espera que Lula seja candidato

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lamentou a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de indeferir a candidatura de Lula à Presidência. Para ela, o ex-presidente teria condições de unir o país e retomar o crescimento e a geração de empregos.

A senadora manifestou a esperança de que os recursos apresentados pelos advogados de Lula garantam a candidatura. Segundo ela, o impeachment de Dilma Rousseff e a prisão de Lula fazem parte de uma mesma estratégia de retirada de direitos da população.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Brasil deve cumprir decisão da ONU, diz Humberto Costa

Humberto Costa (PT-PE) afirmou, em pronunciamento ontem, que a decisão que o Supremo Tribunal Federal (STF) vai tomar em relação ao recurso apresentado para que Lula seja candidato à Presidência da República nas eleições deste ano pode mudar a política externa brasileira.

— Rejeitar o cumprimento da decisão da ONU seria rasgar nossa histórica posição diplomática e nos colocaria ao nível dos países que não honram tratados e convenções, particularmente na área de direitos humanos.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Rose de Freitas defende prioridade para educação

Em discurso no Plenário na terça-feira, Rose de Freitas (Pode-ES) afirmou que a educação deve ser o principal compromisso do governo a ser eleito em outubro. Ela comemorou o fato de o seu estado ter conquistado o segundo lugar no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), quando consideradas apenas as escolas públicas. Para ela, os professores devem ser valorizados e os alunos, estimulados.

— A educação precisa estar presente em todos os debates e ser a nossa prioridade número um — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Setor produtivo deve ser valorizado, afirma Givago

O senador Givago Tenório (PP-AL) afirmou ontem que a prioridade para o presidente da República eleito em outubro é a recuperação da economia. Ele qualificou de insignificante o crescimento do produto interno bruto (PIB) previsto para este ano: 1,6%, após a forte recessão que atingiu o país.

Para Givago Tenório, é importante valorizar os setores produtivos para a recuperação da economia.

— São eles que geram emprego, bens, renda e serviços, que alimentam a cadeia produtiva, gerando riqueza.



Marcos Oliveira/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Senado aprova doação de 25 tanques ao Uruguai

Ministério da Defesa vai repassar ao Exército uruguaio viaturas blindadas de combate adquiridas dos Estados Unidos. Força brasileira substituiu modelos antigos pelos novos Leopard, alemães

O PLENÁRIO APROVOU ontem projeto que autoriza o Executivo, por meio do Ministério da Defesa, a doar ao governo do Uruguai 25 viaturas blindadas de combate do Exército brasileiro. O PLC 91/2018 segue agora para sanção presidencial.

O texto condiciona a doação à autorização prévia — já concedida — pelo governo dos Estados Unidos. As despesas decorrentes serão custeadas pelas dotações orçamentárias do Ministério da Defesa.



Modelo de tanque a ser doado ao Uruguai é o VBC CC-M41, americano

Carros de combate

O Exército brasileiro dispõe de 152 carros de combate VBC CC-M41 adquiridos dos Estados Unidos, mediante aceitação de cláusula de não transferência sem autorização prévia do Departamento de Estado norte-americano.

Os modelos antigos, desativados para fins operacionais, passaram a ser usados como

meio auxiliar de instrução do Comando do Exército e foram substituídos pela família de blindados Leopard, adquiridos do governo alemão.

Em virtude de acordo de cooperação entre Brasil e Uruguai, é necessária a autorização do Congresso Nacional para que o Exército brasileiro concretize a doação das viaturas M41.

O Ministério da Defesa ressalta que a concretização da doação reforçará o bom relacionamento bilateral entre o Brasil e o Uruguai, estreitando os laços de cooperação militar. O custo do transporte das viaturas até o Regimento de Cavalaria 3 em Rivera, no Uruguai, está estimado em R\$ 350 mil, devendo ser arcado pelo Brasil.

Cachaça e tequila terão proteção no Brasil e México

O Plenário aprovou ontem um acordo internacional entre Brasil e México para o reconhecimento mútuo da cachaça e da tequila como indicações geográficas e produtos distintivos dos dois países.

O texto prevê que toda bebida vendida no Brasil com o nome de tequila terá que ser de fabricação mexicana, assim como toda cachaça vendida no México terá que ser de fabricação brasileira, possibilitando a proteção da propriedade comercial das

duas bebidas.

O acordo tem o apoio do Instituto Brasileiro da Cachaça (Ibrac) e do Conselho Regulador de Tequila (CRT), as duas instituições que representam no Brasil os produtores de cada bebida.

Ao justificar a iniciativa, o Ministério das Relações Exteriores enviou mensagem ao Congresso argumentando que o acordo tem “enorme valor simbólico para o Brasil e o México, uma vez que cancela o interesse comum dos

dois países em salvaguardar a preservação da integridade e da originalidade das duas bebidas nacionais”.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) foi a relatora da proposta na Comissão de Relações Exteriores (CRE). Na ocasião, ela lembrou que a tequila já é protegida em 46 países. Por outro lado, o México será apenas a terceira nação a reconhecer a cachaça como um destilado exclusivo do Brasil, somando-se aos Estados Unidos e à Colômbia.

Ratificados acordos assinados pelo Brasil com outros países

Foram aprovados ontem pelo Senado projetos de decreto legislativo ratificando 11 acordos internacionais firmados pelo Brasil com outras nações.

Entre eles, está um acordo assinado com a República da Índia para permitir a transferência de pessoas condenadas entre os dois países (PDS 14/2018).

Com o tratado, caso haja vontade do condenado, o traslado para o país de origem poderá ser feito com todas as garantias humanitárias, sociais e econômicas que a medida pode propiciar.

O acordo estabelece também constantes mecanismos de comunicação recíprocos, que garantem que a cooperação seja praticada sem prejuízo para as so-

beranias e para os direitos individuais.

Serviços aéreos

Sete dos 11 acordos aprovados dizem respeito a serviços aéreos. Com o Peru, por exemplo, o PDS 12/2018 estabelece bases para os direitos das companhias aéreas dos dois países de sobrevoar e fazer escalas de voos internacionais para embarcar e desembarcar passageiros, cargas e malas postais, além de tratar de questões administrativas, financeiras e tributárias.

Os senadores aprovaram também o texto do Código Aduaneiro do Mercosul (PDS 31/2018). O código estabelece uma legislação aduaneira comum entre todos os países do bloco, o que aumentará o intercâmbio comercial.

Aprovações

NÚMERO	PROJETOS
PDS 12/2018	Aprova o texto do acordo sobre serviços aéreos entre o Brasil e a República do Peru
PDS 13/2018	Aprova o texto do acordo de serviços aéreos entre o Brasil e a Austrália
PDS 14/2018	Aprova o texto do acordo sobre transferência de pessoas condenadas entre o Brasil e a República da Índia
PDS 16/2018	Aprova o texto do acordo de serviços aéreos entre o Brasil e a República Federal Democrática da Etiópia
PDS 27/2018	Aprova o texto do acordo sobre serviços aéreos entre o Brasil e o Reino dos Países Baixos, com relação a Curaçao
PDS 34/2018	Aprova o texto do acordo de livre comércio entre o Mercosul e o Estado da Palestina
PDS 64/2018	Aprova o texto do acordo sobre serviços aéreos entre o Brasil e a Costa Rica
PDS 67/2018	Aprova o texto do acordo sobre serviços aéreos entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da Nova Zelândia
PDS 68/2018	Aprova o texto do acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre aspectos dos serviços aéreos
PDS 69/2018	Aprova o texto do acordo entre o Brasil e os Estados Unidos Mexicanos para o reconhecimento mútuo da cachaça e da tequila como indicações geográficas e produtos distintivos do Brasil e do México
PDS 31/2018	Aprova o texto do Código Aduaneiro do Mercosul

Diplomata quer aumentar intercâmbio esportivo com Guatemala

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem a indicação da diplomata Vera Cintia Alvarez para a embaixada brasileira na Guatemala. A análise da indicação segue agora ao Plenário do Senado.

Na sabatina, Vera disse que um de seus focos de atuação será o intercâmbio esportivo com a nação centro-americana. Numa parceria com o ex-chanceler Celso Amorim, Vera criou em 2007 a Coordenação-Geral de Intercâmbio e Cooperação Esportiva do Itamaraty.

Diretora do órgão desde a fundação, a diplomata trabalhou no desenvolvimento da infraestrutura ligada à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016 e na assinatura de acordos de cooperação com

países dos cinco continentes. Para ela, o Brasil ganha muito ao explorar seu *soft power* (influência) ligado ao esporte.

— Numa parceria com a Federação Paulista de Futebol, nós já recebemos treinadores guatemaltecos em diversos

cursos de aperfeiçoamento. Isto é algo que eles querem: trazer jogadores e o corpo técnico para intercâmbios, assim como ter jogadores e especialistas brasileiros trabalhando por lá. Outro esporte muito efetivo na arregimentação de

corações e mentes estrangeiros para o Brasil é a capoeira, principalmente entre crianças e jovens. É algo muito barato e apaixonante, com um único grupo de intercâmbio criamos uma raiz para a projeção de nossa cultura e de nossa

imagem, que passa então a se desenvolver autonomamente.

Economia

Segundo Vera, a economia da Guatemala tem tido crescimento estável nos últimos anos. Mas o cenário pode ser afetado pelo recrudescimento da política anti-imigratória do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Isso porque 12% do PIB da Guatemala corresponde a remessas de dólares dos mais de 3 milhões de cidadãos que hoje vivem nos EUA.

Quanto às relações com o Brasil, ela acredita que existe potencial para aumentar a exportação de produtos industrializados, que já correspondem a 95% dos produtos enviados para a Guatemala.



Vera Cintia Alvarez quer explorar influência esportiva do Brasil

Guatemala

- » Área: 108.889 km²
- » Capital: Cidade da Guatemala
- » População: 17,09 milhões
- » PIB per capita: US\$ 4.212
- » Exportações brasileiras: US\$ 224 milhões
- » Importações brasileiras: US\$ 28 milhões

Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br

Violência contra mulheres gera prejuízo, revela estudo

Segundo o professor da Universidade Federal do Ceará José Raimundo Carvalho, a falta de mulheres ao trabalho motivada por violência doméstica resulta em prejuízo de R\$ 975 milhões todos os anos

A VIOLÊNCIA CONTRA a mulher gera um prejuízo de pelo menos R\$ 975 milhões por ano, concluiu um estudo apresentado ontem pelo economista José Raimundo Carvalho, professor da Universidade Federal do Ceará. Ele participou de audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para discutir os reflexos da crise da segurança pública sobre as contas do país.

Os dados expostos pelo economista levam em conta apenas o prejuízo provocado pelo absenteísmo (faltas ao trabalho) de mulheres vítimas de violência. O economista analisou informações reunidas na Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

De acordo com o estudo, 12,5% das mulheres empregadas nas capitais nordestinas sofreram algum tipo de violência doméstica nos últimos 12 meses. Do total de vítimas, 25% disseram ter perdido ao menos um dia de trabalho por conta das agressões. Para José Raimundo Carvalho, a violência doméstica pode ser interpretada “como um choque negativo no capital humano da mulher”.

— A violência doméstica produz impactos negativos na capacidade de essas vítimas atuarem de maneira produtiva e plena no mercado de trabalho. Todos esses efeitos custam muito caro não somente para as mulheres vítimas, mas para a economia do país, com reflexos tanto no setor público quanto no privado.

Ele analisou ainda dados



Economistas Leandro Piquet (E) e José Carvalho (D) em audiência da CAE

sobre homicídios nas Regiões Norte e Nordeste. Ele chamou a atenção para os indicadores do Ceará. Entre 2005 e 2015, a taxa de assassinatos por 100 mil habitantes cresceu 126,39% no estado, a maior alta registrada no país.

O professor alertou para uma mudança no “padrão criminal” das duas regiões, provocada pelo narcotráfico. Ele destacou que criminosos usam afluentes do Rio Solimões, na Região Norte, para internalizar drogas no Brasil e alguns estados do Nordeste para distribuir os entorpecentes para outros países.

Governos estaduais

Carvalho criticou os governos estaduais por, segundo ele, demorarem para reagir à presença de facções criminosas. O economista afirmou que os gestores preferem usar “argumentos falaciosos” para explicar a crise de segurança pública, em vez de atacar a causa real do problema.

— Em 2010, estava claro que o PCC já estava nesses estados. Também estava claro o surgimento de gangues locais. Estava claro que a Família do Norte [FDN] estava agindo de maneira selvagem para enriquecer, como enriqueceu

simplesmente garantindo a rota do tráfico — afirmou.

Parcerias privadas

O economista e professor da Universidade de São Paulo (USP) Leandro Piquet defendeu a formatação de parcerias privadas de interesse público para a área de segurança.

— São empresas que cooperam para resolver algum problema público e o Estado entra como garantidor dessas ações e se compromete a escalar essas soluções se elas forem viáveis. Mas o dinheiro viria de um fundo privado. Os investidores podem acompanhar diretamente a execução de projetos específicos, com uma estrutura de agentes verificadores independentes.

Piquet citou como exemplo a indústria tabagista. De acordo com o Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP), 48% dos cigarros vendidos no Brasil são falsificados. Os dados são de 2017.

— É possível fazer um sistema de rastreamento do cigarro, que é a principal receita das milícias do Rio de Janeiro.

A audiência foi a primeira de uma série que avalia as políticas públicas do Poder Executivo fiscalizadas pela CAE.

Debatedores criticam restrições a torcidas organizadas de futebol

Participantes de audiência pública da Comissão Senado do Futuro defenderam ontem a importância das torcidas para a “saúde dos clubes” e a economia do futebol, pedindo mais respeito do poder público pelas entidades.

Na audiência sobre a situação das torcidas organizadas, o presidente da Associação Nacional das Torcidas Organizadas do Brasil, Alex Minduim, criticou a postura do Ministério Público do Estado de São Paulo, que determinou que as partidas terão presença apenas da torcida do time mandante.

— Gostaria muito que estivesse presente à mesa um dos promotores para expor os resultados favoráveis do projeto, o que ele trouxe de produtivo para o futebol.

Minduim afirmou que as organizadas possuem projetos sociais de inserção da juventude da periferia. Para ele, a visão dos torcedores uniformizados como agentes de violência que devem ser perseguidos é “estereótipo”.

— Há problemas que ocorrem em dias de jogos que não nos agradam, mas dizer que isso é culpa somente das organizadas é uma falácia.

A pesquisadora Heloísa Baldy afirmou que a política de torcida única é injusta com

os fãs e também prejudicial aos clubes. Segundo ela, em 2008, o Brasil tinha 1,8 milhão de torcedores filiados a 204 torcidas organizadas. A maioria dos membros tinha entre 15 e 25 anos e mais de 80% deles frequentavam estádios toda semana.

— A torcida única traz prejuízo ao negócio, pois não garante a formação de novas gerações de torcedores.

Para o consultor de segurança em estádios Wanderley Benevides, que atua desde 2013 em órgãos de segurança e torcidas organizadas, o diálogo entre esses atores é fundamental para o sucesso da prevenção.

Segundo o coordenador de Defesa dos Direitos do Torcedor do Ministério do Esporte, José Silva Júnior, existe a intenção de transformar o Marco de Segurança no Futebol, um guia de recomendações para as polícias lançado em 2016, em ferramenta para planejamento estratégico.

O senador Hélio José (Pros-DF), presidente da comissão, afirmou que essas entidades geram 100 mil empregos diretos e 300 mil indiretos em todo o país.

— Isso sem contar a importância simbólica. Sem torcida não há o espetáculo. A presença delas é fundamental.



Senado do Futuro discute relação de clubes e torcidas organizadas

Ana Amélia lamenta rejeição à política e pede reflexão a eleitores

A senadora Ana Amélia (PP-RS) disse ontem estar perplexa com o sentimento de intolerância que tomou conta do país, especialmente com os políticos e a política. Ela afirmou que a política é a essência da democracia e o instrumento para a sociedade buscar um futuro melhor em todos os setores.

— Nós não temos direito de frustrar uma nação com o tamanho e a dimensão que nós temos, de frustrar a juventude, de frustrar a sociedade. Mas é importante que a sociedade entenda que, se tudo passa pela política numa democracia, ela também tem uma enorme responsabilidade na hora da decisão — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Dinheiro do povo está sendo torrado com a dívida, afirma Cássio

O senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) lamentou o novo aumento da gasolina anunciado pela Petrobras, mas disse que o alto custo do produto também se deve à elevada carga tributária do país. O problema, segundo ele, é que a receita dos tributos é consumida pelo déficit público.

Cássio afirmou que, enquanto educação e saúde têm orçamento de R\$ 220 milhões, o pagamento dos juros da dívida pública consumiu R\$ 380 bilhões no ano passado. Segundo ele, o dinheiro do povo “está sendo torrado no pagamento de juros da dívida pública de um Estado gigantesco, ineficiente e corrupto, cheio de mordomias”.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Chaves propõe que sindicato avalie trabalho insalubre para grávidas

Uma gestante só poderá trabalhar em condições insalubres após a concordância do sindicato que a represente. Caso não exista essa entidade, a autorização caberá à agência ou gerência regional do trabalho. Isso é o que determina o PLS 373/2018, do senador Pedro Chaves (PRB-MS).

Em discurso, ele lembrou que a reforma trabalhista permitiu o trabalho de gestantes em condições insalubres e deixou espaço para a má utilização dessas trabalhadoras por “empregadores mal intencionados”. Pelo projeto, além da ação do sindicato, fica mantida a exigência de atestado médico de um profissional de confiança da gestante.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

José Medeiros acusa Ibama de atrapalhar vida de índios parecis

Em discurso na terça-feira, o senador José Medeiros (Pode-MT) criticou o tratamento dado pelo Ibama aos índios parecis de Mato Grosso. Segundo ele, tribos da etnia estão prosperando com a agricultura, porém foram impedidos de colher a safra e vender a produção.

Para o senador, o Ibama extrapolou atribuições na fiscalização da lavoura dos parecis, já que não encontrou nem exploração dos índios nem degradação do meio ambiente. Ele afirmou que, depois de meses buscando solução para o caso, os índios estão esperançosos que a confusão seja resolvida e eles possam continuar produzindo.



Waldemir Barreto/Agência Senado